



## **“MULHERES SÃO COMO ÁGUA, QUANDO SE JUNTAM NADA SEGURA”: A COLETIVIDADE QUE PROMOVE A SSAN**

**Milena Regina Mussoi<sup>1</sup>**  
**Mônica de Caldas Rosa dos Anjos<sup>2</sup>**  
**Islandia Bezerra<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

A Soberania Alimentar (SOBAL), sendo a garantia do direito dos povos de definir e exercer suas próprias estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, é motivo de luta e resistência do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) pelo enfrentamento ao modelo hegemônico do sistema de produção alimentar industrial. A relação com a SOBAL se dá no cotidiano das vidas das mulheres quando elas pautam no movimento que fazem parte as questões de gênero, e denunciam o precário acesso aos recursos de produção, de saúde e educação; bem como a invisibilidade do seu trabalho e falta de autonomia financeira. Tratamos das estratégias do coletivo de mulheres assentadas, em um assentamento localizado no centro-sul do Paraná, identificando as relações de gênero na produção familiar de alimentos e na consolidação da Unidade Produtiva (UP), para compreender o papel da organização feminina diante das desigualdades de gênero, que por sua vez influenciam na SOBAL. Para tanto, ocorreram participações em ações do coletivo e entrevistas com as mulheres, anotações em diário de bordo e pesquisa em referenciais teóricos. As pesquisas realizadas e o envolvimento com a comunidade possibilitou compreender que, do amplo conjunto de opressões às mulheres, a organização em coletivo contribuiu para a tomada de consciência e mobilização diante das situações de desigualdade de gênero, sendo a essência da estruturação da UP e da participação das mulheres nas decisões da comunidade, pelo alcance da liberdade de expressão e da emancipação financeira, destacando a força feminina em coletivos, promotora de SOBAL.

**Palavras- chave:** Gênero; Movimentos sociais; Mulheres assentadas; Soberania alimentar; Segurança Alimentar e Nutricional.

---

<sup>1</sup> Nutricionista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul.

<sup>2</sup> Nutricionista. Doutora em Educação Científica e Tecnológica. Professora do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Alimentação e Nutrição da Universidade Federal do Paraná.

<sup>3</sup> Nutricionista. Doutora em Ciências Sociais. Professora na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de

Alagoas. Presidenta da ABA-Agroecologia (2019-2021).

## INTRODUÇÃO

Em um nível mundial, as mulheres desempenham papel central na produção e transformação de alimentos, sendo elas as principais mantenedoras da luta por uma produção ética e sustentável de alimentos. Apesar disso, as mulheres moradoras de áreas rurais são vítimas de discriminação e enfrentam, cotidianamente, situações de desigualdade socioeconômica, além de ter seu trabalho invisibilizado, afetando diretamente sua manutenção e sobrevivência (BIEMAYR-JENZANO, 2016).

A situação das mulheres de áreas rurais é caracterizada pela má remuneração, mesmo com o caráter massivo de sua participação na produção, além de ser marcada por uma longa e exaustiva jornada de trabalho, pelo fato de não haver uma distinção entre os limites do seu trabalho entre as dimensões domésticas, familiares e agrícolas. Nessa situação, os movimentos de empoderamento contra o sistema de desigualdade entre gêneros, se iniciam com pequenos grupos de discussões entre mulheres rurais, alargando-se, posteriormente, para ações por meio de manifestações e protestos, e de participação ativa em sindicatos (GIULANI, 2015).

No Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), as mulheres têm participação essencial, a partir da dimensão da produção rural, organização das atividades domésticas, nas resistências contra violências externas e internas que tentam assolar com o movimento. Desde os acampamentos, onde há precariedade de acesso a serviços básicos, as mulheres põem em evidência sua capacidade organizativa de manter estruturado e habitável os espaços familiares e comunitários do movimento (GIULANI, 2015), garantindo, inclusive, que se permaneça na luta pelos direitos básicos à produção, permanência na terra e sobrevivência das famílias.

O foco deste ensaio, visa colaborar com elementos empíricos e analíticos sobre as distintas formas de opressão as quais as mulheres estão expostas. Desse modo, voltou-se para mulheres assentadas e seu protagonismo nas lutas pela igualdade de gênero e pelo direito à vida digna. Pode-se dizer que as mulheres, a partir de coletivos, engendram redes e teias, cuja força dessa ação as coloca como promotoras da Soberania Alimentar (SOBAL) e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), (re)significando a relação produção-consumo de alimentos. Com isso, objetivou-se analisar a relação entre a SOBAL, SAN e gênero, em um assentamento de reforma agrária localizado no centro-sul do Paraná, identificando as relações de gênero na consolidação da unidade produtiva (cozinha comunitária e agroindústria familiar) da comunidade.

Para tanto, realizamos uma pesquisa exploratória, e dentre os procedimentos iniciais, identificamos referenciais bibliográficos, seguidos do compartilhamento de informações com o grupo de mulheres participantes do projeto de extensão “Resgatando Saberes e Práticas:

aproximação necessária entre produção e consumo de alimentos para formação e atuação crítica e consciente de nutricionistas”, e de pesquisa “Tempos Modernos: a relação produção-consumo de alimentos (re)significada a partir de compras públicas”, além das idas a campo, iniciadas em 2016, com anotações em diário de bordo e entrevistas semiestruturadas com as mulheres assentadas.

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas, em comparativo com outras experiências, com o intuito de aprofundar a compreensão da realidade. Ressaltamos que ambos os projetos foram desenvolvidos no âmbito do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Paraná, sendo o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) sob protocolo 42781915.9.0000.0102 e, que as mulheres assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O formato de ensaio foi escolhido para a realização da integração entre as entrevistas realizadas, a convivência da autora principal no assentamento onde ocorre a pesquisa, incluindo a observação participante e a análise de referenciais teóricos, gerando a construção de uma reflexão, cuja organização se pauta nos seguintes eixos de análise: relação entre Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania Alimentar e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; multiplicidade de pautas erguidas pelo movimento e a sobressalente bandeira do feminismo e da construção de coletivos para enfrentamento às desigualdades de gênero e; coletivo de mulheres do assentamento e a construção da autonomia financeira e da Soberania Alimentar.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo um conceito abrangente e multidimensional, é definida segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN (Lei no 11.346, de 15 de Setembro de 2006) como:

Art. 3. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, e para consecução da SAN, a LOSAN declara como princípios para sua configuração, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), reconhecendo que o

Estado deve garantir a alimentação como necessidade básica de todo ser humano (CARNEIRO et al., 2015) e a Soberania Alimentar (SOBAL), conferindo aos países suas decisões sobre a produção e consumo de alimentos (BRASIL, 2006).

A SOBAL, sendo o caminho para erradicação da fome e desnutrição e para a garantia da SAN de forma permanente e sustentável (FORUM MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001) é compreendida como:

(...) el derecho de los pueblos a definir sus propias políticas y estrategias sustentables de producción, distribución y consumo de alimentos que garanticen el derecho a la alimentación para toda la población, con base en la pequeña y mediana producción, respetando sus propias culturas y la diversidad de los modos campesinos, pesqueros e indígenas de producción agropecuaria, de comercialización y de gestión de los espacios rurales, **en los cuales la mujer desempeña un papel fundamental** (FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA, 2001, p. 5-6) [grifos nossos].

A SOBAL tem em seu conceito uma ampla abrangência, que dispõe em si a possibilidade de interpretações como a de que deveria ser denominada de soberania agrária, pela sua abrangência (MALUF, 2016), além de relacionar com a soberania energética (BRAVO, 2007), tampouco deve ser desvinculada da soberania genética, soberania territorial, soberania econômica (ECOPORTAL, 2006), e ainda, é considerada uma condição que deve existir previamente à soberania política, o que tem se mostrado, historicamente, frágil no Brasil, especialmente por conta da abertura das fronteiras brasileiras para corporações que mantêm, acima de tudo, seus sistemas de produção e reprodução de capital (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

O fato de que os movimentos sociais, ligados às questões agrícolas e ao desenvolvimento rural, foram e permanecem sendo os principais impulsionadores iniciais das lutas pela SOBAL não ocorre por acaso, mas condiz com um quadro imposto pela hegemonia industrial, comercial e agrária do capital que impõe modelos de produção, comercialização e consumo de alimentos, afetando diretamente este segmento (BURLANDY; MAGALHÃES; MALUF, 2006; BURLANDY; MALUF, 2011).

Neste sentido, e destacando a atuação do movimento de maior expressão no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) não extingue sua luta ao direito à terra e à vida digna, mas permanece em constantes mobilizações contra um sistema opressor e excludente. Rigotto et al, (2015) corroboram ao considerar as causas sociais que abarcam o movimento do MST, como as questões de gênero, ambientais, trabalhistas, a contra-

hegemonia à propriedade privada, ao agronegócio e às empresas transnacionais, tendo, nesse contexto, a pauta da agroecologia, por caracterizar-se como um projeto político estruturante para mudanças nas formas de produção, nas relações socioambientais e na estrutura da sociedade. Oliveira Filha (2007) contribui ao referir que líderes do MST comumente repetem que a luta se faz contra a cerca do latifúndio, da ignorância e do capital, havendo a necessidade de priorizar a educação para construção de um projeto maior, na transformação da sociedade.

O mote da questão de gênero é construído em uma sociedade onde se manifesta a partir do patriarcado, marcada pelo machismo e misoginia que gera inúmeros desfechos desfavoráveis às mulheres. Conforme Biemayr-Jenzano (2016), em uma escala mundial, o direito limitado aos recursos produtivos, como o acesso à terra e crédito rural, também os acessos restritos ao dinheiro, à informação, a cuidados de saúde, mobilidade pessoal e educação, são problemas enfrentados, principalmente, pelas mulheres, estando estas em desvantagem em relação aos homens, sobretudo em áreas rurais.

Além disso, o número de trabalhadoras rurais sem remuneração e a ausência de reconhecimento de seu trabalho constitui um importante aspecto das desigualdades de gênero. Nesse quesito, mesmo quando as mulheres em assentamentos de reforma agrária sejam atuantes em todas as atividades do campo, seu trabalho é visto como secundário ao masculino, uma vez que são consideradas ajudantes, não tendo espaço no papel de decisão sobre o que produzir e como comercializar, tampouco em relação ao controle do dinheiro (RUA; ABRAMOVAY, 2000).

A valorização da mulher para a promoção da SOBAL e SAN torna como elemento central assegurar a elas melhores condições de vida para a promoção do desenvolvimento social e econômico e que, historicamente, esteve em desigual proporção entre gêneros. Promover igualdade de acesso e controle aos recursos, proporcionar a elas oportunidades iguais de formação, inserção econômica, social e cultural, dando visibilidade para seu papel para a materialização da SAN, além de democratizar o acesso aos programas, projetos e políticas públicas, torna-se urgente e necessária para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MALUF, 2009). Siliprandi (2015) destaca, portanto, a importância das organizações coletivas de luta e persistência com vistas à estruturação dos projetos emancipatórios femininos, pois, ainda que muitas articulações tenham sido totalmente reprimidas, contribuíram para o despertar de situações de injustiças, entendidas, até então, como naturais, e de resistências individuais contra as desigualdades de gênero.

Segundo a FAO (2011) as mulheres aportam contribuições essenciais para a economia rural de todas as regiões dos países em desenvolvimento. Elas, por exemplo, 1) gerenciam

propriedades que são, em média, 50% menores; 2) criam menos gado, priorizando o manejo dos pequenos animais (portanto, geram menos impactos); 3) possuem uma maior carga de trabalho global, que incluem atividades de "baixa produtividade", como buscar água e lenha; 4) recebem educação durante um período menor e tem menos acesso à informação agrícola (como os serviços de assistência técnica); 5) utilizam e/ou acessam menos crédito e outros serviços financeiros; 6) são muito menos susceptíveis a comprar insumos, tais quais fertilizantes, sementes melhoradas e equipamentos mecânicos.

## 1.2. CONSTRUINDO JUNTAS A SOBERANIA ALIMENTAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL/SSAN

As pesquisas realizadas e o envolvimento com a comunidade possibilitaram compreender que a organização feminina é considerada a essência da estruturação da cozinha comunitária e de sua permanência como agroindústria no Assentamento. Esta compreensão não somente ocorre em relação à construção do espaço físico, mas, e principalmente, no que se refere à união das mulheres em um coletivo que possibilitou a construção de um espaço de fortalecimento, desvelamento pessoal e empoderamento, com ampliação das percepções sobre as opressões a que eram submetidas, diante de processos de desigualdade de gênero.

Um dos fatores, por exemplo, é que com a conquista da terra, as atividades agrícolas foram estruturadas entre os membros das famílias, mostrando-se presente uma divisão dos trabalhos por gênero. As mulheres passaram a cultivar produtos temporários, tornando-se responsáveis pela reprodução social da família e pelas atividades do lar, dificilmente, são compartilhadas entre os demais membros da família, resultando, até os dias atuais, em falta de tempo para dedicação à agroindústria, explicando o baixo número de mulheres envolvidas (CAMPOS, 2015).

Enquanto isso, os homens responsabilizaram-se pelas lavouras principais, pela atividade leiteira e, em algumas situações, com trabalhos em empresas próximas. As diferenças de gênero também se mostravam visíveis nos cursos realizados na comunidade, visto que as temáticas como culinária, panificação e processamento de leite, artesanato, agroecologia, pastoral da terra, educação e economia solidária, eram desenvolvidos para as mulheres, enquanto que cursos relacionados à política eram voltados para o público masculino (CAMPOS, 2015).

Pode ser que a inserção exclusivamente masculina em assuntos de ordem política, seja a causa de haver um desconhecimento por parte das mulheres em relação ao crédito destinado

às mesmas por meio do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – Mulher, uma vez que, alguns companheiros entendem o PRONAF-Mulher como apenas uma alternativa para acessar aos programas de créditos, quando estão impossibilitados de acessar, devido à inadimplência (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012).

*A mulher ficava mais em casa, não tinha muito o que fazer, daí plantava... não plantava muitas coisa, tá daí vinha trabalhar aqui, pra mulher também ter autonomia, porque tá, tinha produção de leite, os dois tiram leite, mas os marido que pegavam cheque, levavam, tinha marido que dizia até que foram assaltado [...] daí quando a mulher queria comprar alguma coisa [...] tinha que tá pedindo... isso foi muitas reclamações no nosso grupo de mulheres, que nós tinha desde o acampamento, então foi muito isso, não tinha acesso, ao dinheiro, e não é que não trabalhava, trabalhava muitas vez quase mais do que o marido, então iam tirar leite, ir na roça, ainda tinha que cuidar [...] em lavar louça, em limpar (Entrevistada E4, 2016).*

Ainda em relação à questão de gênero, mas com maior enfoque à cozinha comunitária, vale considerar que o seu início teve gerenciamento por quatro mulheres, provavelmente por conta dos cursos de formação direcionados a elas, as quais se responsabilizaram pela produção no espaço, tendo a ajuda de duas auxiliares e de homens que cortavam lenha para abastecimentos dos fornos. As receitas iniciais, elaboradas no espaço, tinham relação com àquelas produzidas no ambiente familiar, reforçando o papel das mulheres na cozinha, em um processo distintivo de gênero, uma vez que tornava obrigação exclusiva da mulher aprender a cozinhar para constituir posteriormente uma família.

[Se referindo à fala de outras mulheres] *Não, mas esse pão eu faço desde criança, aprendi com a minha mãe, porque pra ser uma moça prendada tinha que saber fazer pão (...) é, essas brincadeira, mas que era sério antigamente (Entrevistada E4, 2016).*

Com o passar do tempo, o número de mulheres na agroindústria foi crescendo, ampliando a organização que foi então denominada por elas, de grupo ou coletivo de mulheres. No entanto, ressaltamos que houve e ainda há resistência por parte dos maridos de algumas mulheres que intentam trabalhar na agroindústria, sendo impedidas por conta do receio que os maridos têm de que as mesmas obtenham autonomia.

Cabe aqui enfatizar que, desde o ano de 2006, vêm ocorrendo os Encontros Regionais do 8 de Março, organizado anualmente pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do



Paraná com intuito de criar um espaço de discussão e empoderamento feminino, tendo a participação de mulheres camponesas da região Centro do Paraná. As mulheres do assentamento, participantes desta pesquisa, têm participado ativamente destes encontros, inclusive, tendo sediado o 7º Encontro do 8 de Março, em 2012, com o lema “Mulheres lutando, organizando e cooperando para construir uma sociedade mais justa”. Estes encontros vêm ampliando a participação das mulheres nas lutas da classe trabalhadora e na construção de relações sociais com base no fortalecimento do protagonismo das camponesas (PAIXÃO; KUNRATH, 2015).

A participação das mulheres na cozinha comunitária passou a dar-lhes um novo espaço para trabalho, remunerado, excedendo o trabalho já comumente realizado no domicílio. Campos (2014) observou que a participação das mulheres na cozinha comunitária lhes permitiu a conquista da própria liberdade de expressão, em decorrência da maior participação nas decisões da comunidade. Ainda que a presença das mulheres na UP tenha sido, evidentemente, sempre superior, estas ressaltam que a participação da família no processo foi importante, uma vez que com a colaboração de seus companheiros em suas residências, puderam efetivar seus cargos na unidade produtiva da comunidade.

Quanto aos pagamentos dos salários, foi acordado na época que somente as mulheres receberiam por seus próprios trabalhos, não podendo, dessa forma, ser entregue a terceiros. Os primeiros pagamentos prestados, que correspondiam à carga horária exercida, foram motivos de comemoração, ficando evidente que, além do salário, estas assumiram o protagonismo, tornando-se mais autônomas. Além da geração de renda e emancipação feminina nos postos de trabalho, a agroindústria fornece um espaço importante para o relacionamento das pessoas em função das atividades em grupo. Segundo relato, a agroindústria torna-se também um espaço terapêutico, pois, ao promover relações sociais, devolver a função como sujeita na sociedade e, conseqüentemente, dignidade, auxilia no resgate da subjetividade feminina, promovendo a cura dos adoecimentos gerados por uma sociedade excludente e desigual.

*Só de tu trabalhar junto, assim trabalhar no coletivo, pra gente também é uma lição assim que tu não tem ideia. Trabalhar junto, trabalho de grupo (Entrevistada E1, 2016).*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O coletivo de mulheres foi uma organização estruturante, tendo seu início no período do acampamento e persistindo até o momento atual, como assentamento rural. O coletivo de mulheres é considerado a essência da estruturação da Unidade Produtiva (UP) do assentamento, bem como é o que possibilitou a participação das mesmas nas decisões da comunidade, pelo alcance da liberdade de expressão e emancipação feminina, a partir dos salários e reconhecimentos recebidos por conta da UP. Evidenciamos, deste modo, a importância de um coletivo de mulheres organizado, empoderado e protagonista, na promoção da SOBAL, da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Ainda, ressaltamos e honramos a permanente luta de mulheres, homens e jovens, dos inúmeros acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, que, para além da conquista da terra, mantêm-se organizados e mobilizados por uma sociedade mais justa, equânime, ética, sustentável e humana para todos os seres.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BIERMAYR-JENZANO, Patricia. **Género y Sistemas Agroalimentarios Sostenibles**. Estudios de Caso: Yuca, Quinoa, Maíz y Algodón. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), Santiago, 2016.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Org). **Pesquisa Participante: O Saber da Partilha**. 2.ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.
- BRASIL. Lei no 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1.
- BRAVO, Elizabeth. **Agrocombustíveis, Cultivos Energéticos e Soberania Alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis**. Tradução de Camila Moreno. São Paulo: Expressão Popular. Curitiba: Terra de Direitos, 2007.
- BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana; MALUF, Renato Sergio. (Coord). **Construção e Promoção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional: aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas**. Relatório final de pesquisa. Rio de Janeiro: Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, 2006.
- BURLANDY, Luciene; MALUF, Renato Sergio. Soberania Alimentar – Dimensões de um Conceito em Construção e suas Implicações para a Alimentação no Cenário Contemporâneo. In: TADDEI, José Augusto; LANG, Regina Maria Ferreira; LONGO-SILVA, Giovana; TOLONI, Maysa Helena de Aguiar. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. p.458-469.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **Estratégias de desenvolvimento rural que deram certo: Assentamento 8 de Junho, em Laranjeiras do Sul – PR.** In: V Seminário Nacional Sociologia & Política, Curitiba, 2014.

CAMPOS, Francieli do Rocio de. **O processo de transição de acampada para assentada.** Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 26, n. 1, p.103-122, 2015.

CARNEIRO, F.F.; PIGNATI, W.A.; RIGOTTO, R.M.; AUGUSTO, L.G.S.; PINHEIRO, A.R.O.; FARIA, N.M.X.; ALEXANDRE, V.P.; FRIEDRICH, K.; MELLO, M.S.C. Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde. In: CARNEIRO, F.F.; AUGUSTO, L.G.S.; RIGOTTO, R.M.; FRIEDRICH, K.; BÚRICO, A.C. (Org). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJC; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 49-87.

ECOPORTAL. **La destrucción de la vida campesina a manos de la soja.** Buenos Aires, 2006. Disponível em: [http://www.ecoport.net/Eco-Noticias/La\\_destrucion\\_de\\_la\\_vida\\_campesina\\_a\\_manos\\_de\\_la\\_soja](http://www.ecoport.net/Eco-Noticias/La_destrucion_de_la_vida_campesina_a_manos_de_la_soja). Acesso em: 30/10/2016.

FILIPAK, Alexandra; SAPIENSA, Larissa; ALEIXO, Sany Spínola. **A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: um estudo de caso do PRONAF- Mulher.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

FORO MUNDIAL SOBRE SOBERANÍA ALIMENTARIA. **Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberania alimentaria.** Declaración final. Habana, Cuba, 2001. Disponível em:

<http://www.edualter.org/material/sobirania/declaracion%20cuba.pdf>. Acesso em: 01/10/2016.

FAO - ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación 2010 - 2011 - Las mujeres en la agricultura - Cerrar la brecha de género en aras del desarrollo,** Roma, 2011.

GIULANI, P.C. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In: PRIORE, Mary Del; PINSKI, C.B. **História das Mulheres no Brasil.** 10.ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 640-668.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALUF, Renato Sérgio. **Segurança Alimentar e Nutricional.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. O jornal do MST: os dilemas de uma proposta de comunicação popular. In: BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; FLORIANI, Dimas; SILVA, Osvaldo Heller. (Org). **Ruralidades e Questões Ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2007. p. 273-298.

PAIXÃO, Angela Líbio; KUNRATH, Mirian Maria. A realidade aponta a necessidade de organização: mulheres da via campesina da região centro oeste do Paraná – Processos de organização. In: FARIAS, Alcione Nunes; VERDÉRIO, Alex; KAPPES, Cassiano Rodrigo; SILVA, Janaine Zdebski da; OLEGÁRIO, Luciane; BORGES, Paulo Humberto Porto; SCHEEREN, Sandra Gunkel; LEITE, Valter de Jesus; MARCONDES, Vera (Org). **Pedagogia do Movimento: práticas educativas nos territórios de Reforma Agrária no Paraná**. Cascavel: VII Encontro Estadual das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária do Paraná. 2015. p. 79-84.

RIGOTTO, R.M.; PORTO, M.F.S.; FOLGADO, C.A.R.; FARIA, N.M.X.; AUGUSTO, L.G.S.; BEDOR, C.N.G.; BÚRIGO, A.C.; CARNEIRO, F.F.; CASTRO, F.P.; FERNANDES, G.B.; FERREIRA, M.J.M.; FRIEDRICH, K.; MARINHO, A.M.C.P. MONTEIRO, D.; PIGNATI, W.A.; PINHEIRO, T.M.M.; PINHEIRO, A.R.O.; SILVA, N.R.; TYGEL, A. Conhecimento científico e popular: construindo a ecologia de saberes. In: CARNEIRO, F.F.; AUGUSTO, L.G.S.; RIGOTTO, R.M.; FRIEDRICH, K.; BÚRICO, A.C. (Org). **Dossiê ABRASCO: Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJC; São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 193-410.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panelas”?: As relações de gênero nos assentamentos rurais**. Brasília: UNESCO, 2000.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.